Segurança INTELIGENTE

ano 3 nº11

ENTREVISTA

Presidente da Gristec, Cyro Buonavoglia, fala sobre gerenciamento de riscos no transporte de cargas

EVENTOS

Rio de Janeiro fará em outubro a sua primeira feira nacional de segurança

Hora de dar um salto

Abese toma a frente para fazer com que as empresas de sistemas eletrônicos de segurança façam suas próprias normas técnicas, garantindo um padrão de qualidade internacional para seus produtos e serviços

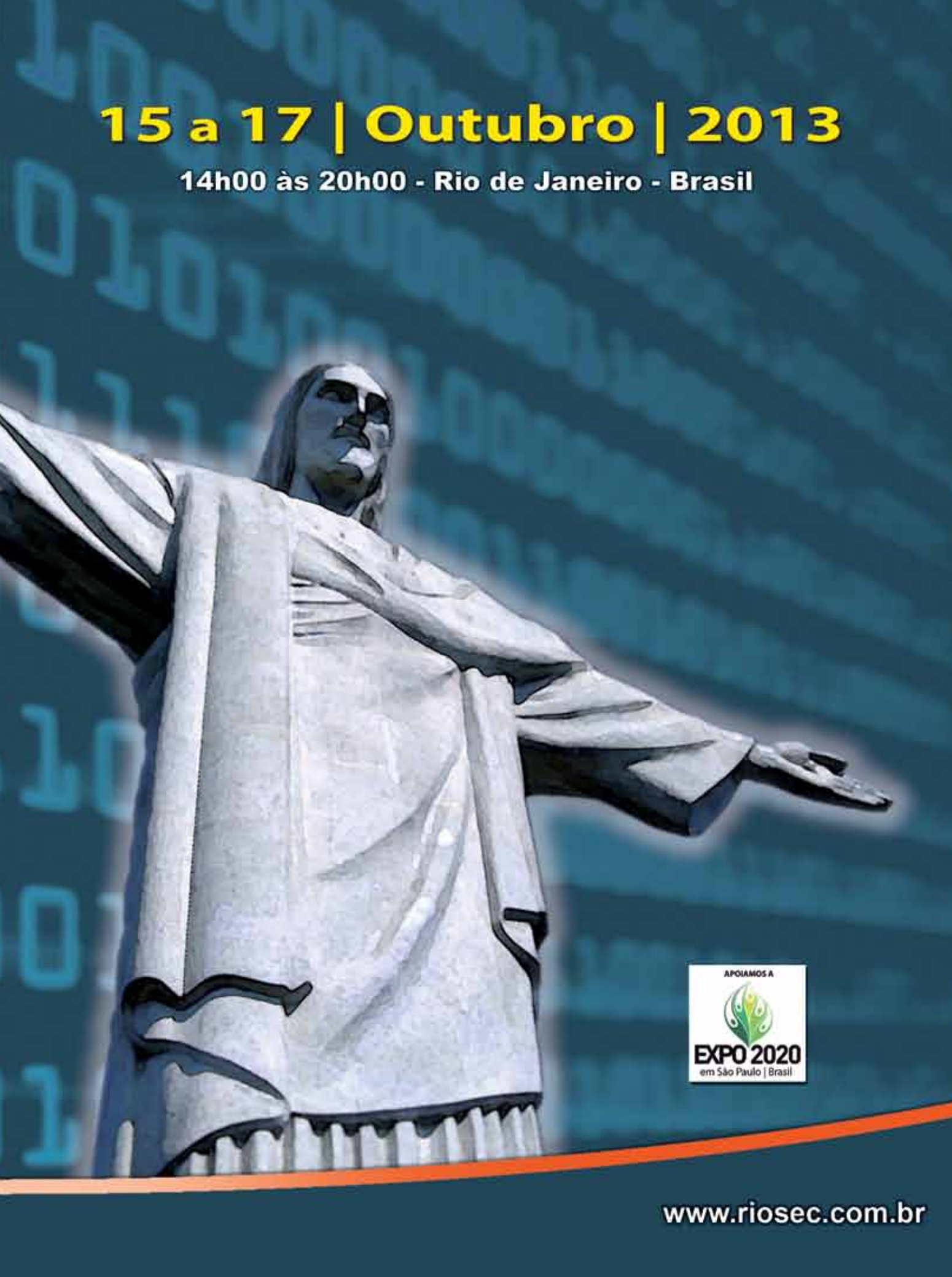
Pátria Editora

ISSN 2178-096X

RiOSEC
FEIRA NACIONAL DE SEGURANÇA PRIVADA E ELETRÔNICA
Local
Centro de Convenções
SulAmérica
ING
Realização
ABESE
Promoção
CIPA
FIERA MILANO
Apoio
ARDA
SIESE-RJ
UBRAFE
anatec
Feiras Associadas
SICUREZZA
EXPOSEC
BLINTECH
MAGNUM SHOW
FIRE SHOW
BRASEG

15 a 17 | Outubro | 2013

14h00 às 20h00 - Rio de Janeiro - Brasil



www.riosec.com.br

SUMÁRIO

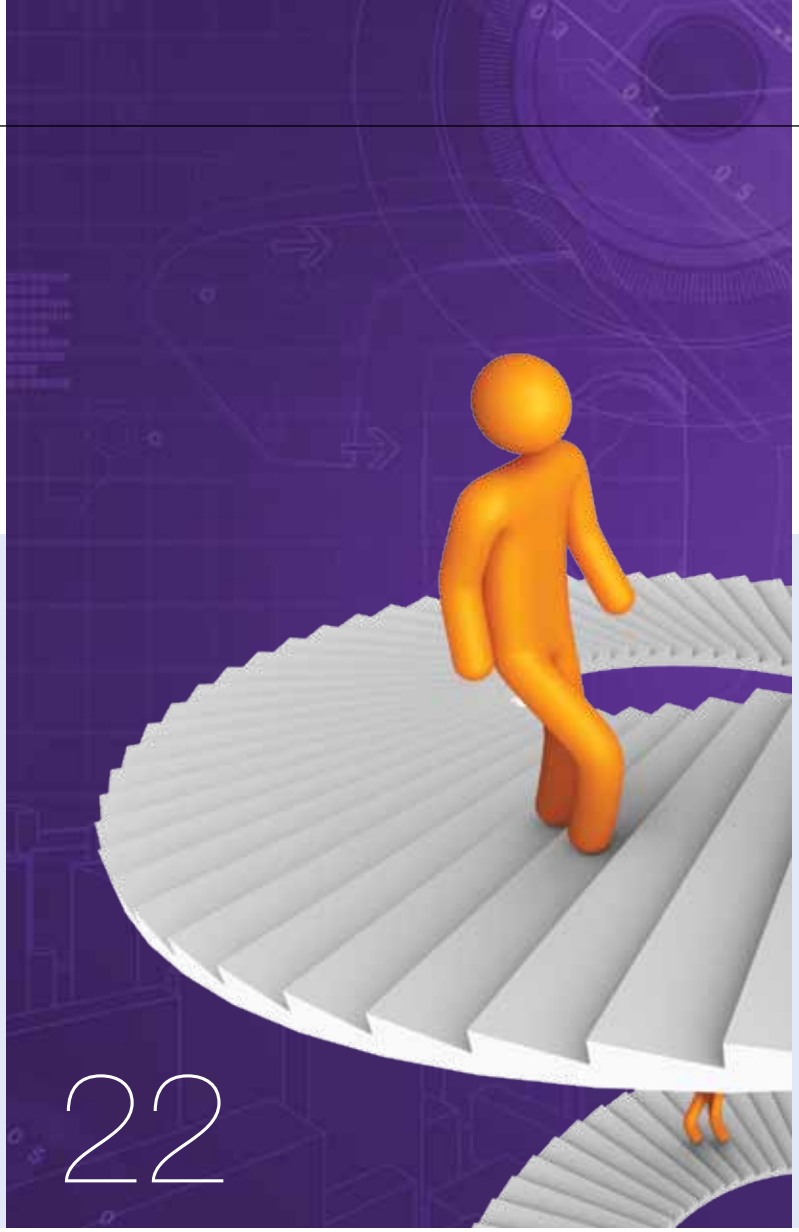


Foto de Capa:
Fotolia.com

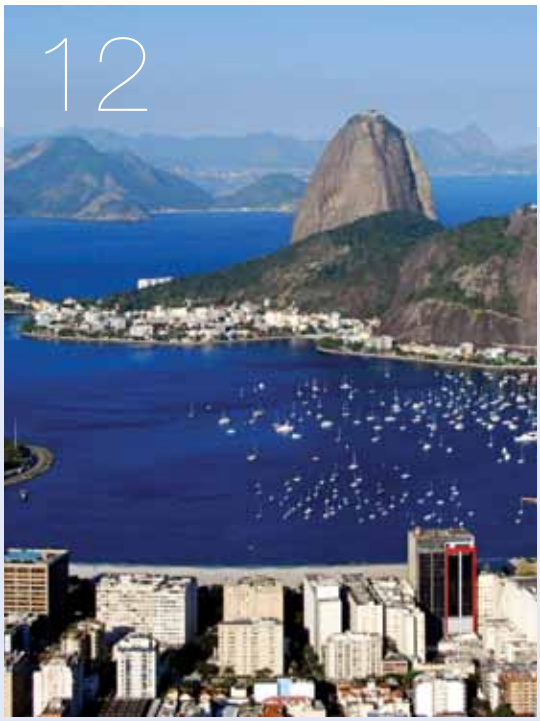
6 EXPEDIENTE

7 CARTA AO LEITOR

8 RADAR

10 LIVROS
Lançada biblioteca virtual com mais de 500 livros sobre segurança privada

12 EVENTOS
Rio de Janeiro realiza em outubro a RioSec, a primeira grande exposição das empresas de sistemas eletrônicos de segurança em solo carioca, a exemplo do que ocorre em São Paulo, com a Exposec



14 ENTREVISTA
Presidente da Gristec, Cyro Buonavoglia, fala sobre a importância do uso combinado de tecnologia e inteligência para combater roubos e furtos de carga nas rodovias brasileiras

18 ARTIGO
Mário Rui Tavares: "Como estruturar um Programa de Manutenção e Reparos (PMR) que torne os sistemas eletrônicos de segurança mais resistentes a interrupções"

22 CAPA
Abese inicia um amplo trabalho para que as empresas de sistemas eletrônicos de segurança participem ativamente da definição de normas técnicas que garantam um padrão internacional de qualidade aos produtos e serviços do setor

30 CERTIFICAÇÃO
Selo de Qualidade Abese é reformulado e oferta de benefícios é ampliada

32 ARTIGO
Gustavo Forchito: "Alta Resolução Popular"

ABESE
Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança

Presidente Nacional
Selma Crusco Migliori

1º Vice Presidente
Augustus Bruno von Sperling

2º Vice Presidente
Claudinei Freire Santos

Diretor Secretário
Rony Carneiro Rodor

Diretor Secretário Adjunto
Esperidião Marques Gomes

Diretor Financeiro
Denise Mury Rodrigues

Diretor Financeiro Adjunto
Ângela Terezinha Bernardini Mizomoto

Diretor de Comunicação
Rogério Alberto dos Reis

Diretor de Comunicação Adjunto
Luiz Henrique Bonati

Diretor de MKT
Wagner Peres

Diretor de MKT Adjunto
Mário Giannini Baptista

Diretor de Serviço de Apoio e Benefícios
Ruy da Costa Barbosa Junior

Diretor de Serviço de Apoio e Ben. Adj.
Adroaldo Francisco Companhoni

Diretor de Fomento de Negócios
Claudia Perlin

Diretor de Fomento de Negócios Adjunto
Flavio Aparecido Peres

Diretor do CCPA
Benito Boldrini

Diretor do CCPA Adjunto
João Capela

Diretor de Coordenação Sindical
Ivana Cristina de Oliveira Bezerra

Diretor de Coordenação Sindical Adjunto
Agnaldo Pereira dos Santos

Diretor de Coordenação Setorial
Nilton Curtinhas do Amaral Jr.

Diretor de Coordenação Setorial Adjunto
Denis Frate

Conselheiro Fiscal 1
Angel Henrique

Conselheiro Fiscal 2
Romualdo Pereira Jorge

Conselheiro Fiscal 3
Paulo Parmigiani

Conselheiro Fiscal 4
José Dionizio Costa Silva

Conselheiro Fiscal 5
Pedro Alves Pereira

Editora

Pátria Editora

JB Pátria Editora Ltda.

Presidente:
Jaime Benutte
Diretor:
Iberê Benutte
Administrativo / Financeiro:
Gabriela S. Nascimento
Circulação e Comercial:
Patricia Torre
Repórter:
Kelly Souza

Revista Segurança Inteligente

Publisher: Jaime Benutte

Conselho Editorial: Wagner Peres, Claudinei Freire, Mário Rui Tavares e Selma Migliori

Editora: Maria Alice Rosa
MTB 65-691

Diretor de arte: Marcelo Paton

Impressão: Gráfica Oceano
Tiragem: 10.000 exemplares

Empresa filiada à Associação Nacional dos Editores de Publicações, Anatec

anatec
Associação Nacional de Editores de Publicações

A revista **SEGURANÇA INTELIGENTE** é uma publicação quadrimestral da JB Pátria Editora,
www.patriaeditoria.com.br
ISSN 2178-096X
Dúvidas ou sugestões:
segurancainteligente@patriaeditora.com.br

Os textos assinados são da responsabilidade de seus autores. Não estão autorizados a falar pela revista, bem como retirar produções, pessoas que não constem desde expediente e não possuam uma carta de referência.

É sempre muito gratificante poder comemorar conquistas depois de um longo período de batalha pelo fortalecimento e desenvolvimento de nosso setor. Podemos dizer que todos nós começamos este ano nesta condição, saboreando a recompensa depois de tanto trabalho para fazer com que nosso setor fosse plenamente reconhecido no Estatuto da Segurança Privada, que está em vias de ser formalizado. Este feito histórico, porém, foi apenas um dos grandes passos que precisamos dar - e daremos - em nosso processo de expansão, consolidação e profissionalização setorial. Na Abese, as conquistas são combustíveis para novas conquistas. E cá estamos, empenhados em um novo projeto para o qual buscamos uma ampla participação dos empresários, definitivamente os mais capacitados para vencer o desafio. A partir de agora, uma de nossas principais bandeiras será promover um processo de normalização em que a definição das normas técnicas do nosso setor seja feita por nós, respeitando nossa realidade, nossas características, nossas peculiaridades. Queremos avançar para que nossos produtos e serviços tenham um padrão internacional de qualidade sem que as novas regras restrinjam nosso mercado ou imponham custos proibitivos, como pode ocorrer quando a normalização parte de algum órgão externo ao setor. Entendemos que a definição de parâmetros mínimos de qualidade, ainda que a adoção dessas normas não seja obrigatória, terá o efeito de um direcionamento para todas as empresas que buscam um nível de excelência em seus produtos e serviços.

Nesta edição, você saberá como este trabalho está sendo realizado pela Abese e os benefícios que a normalização trará para todos, do consumidor ao fornecedor de serviços, do fabricante ao profissional de segurança.

Confira também a entrevista com o presidente da Gristec, Cyro Buonavoglia, e saiba como será a primeira feira nacional de sistemas eletrônicos de segurança realizada no Rio de Janeiro, a RioSec.

Boa leitura!

Selma Migliori
Presidente da Abese

Um guia de boas compras

A Abese e a Fiesp lançaram o Guia de Orientação ao Consumidor, no qual o consumidor final encontra todas as informações necessárias para reduzir ao máximo os riscos e ampliar os benefícios na compra de equipamentos e serviços para sistemas eletrônicos de segurança. O material aborda boas práticas na fabricação, comercialização, instalação e manutenção dos sistemas eletrônicos de segurança, alÉm de alertar sobre os cuidados e precauções que devem ser tomadas antes, durante e depois da contratação dos serviços. O guia está disponível para *download* no site da Abese (www.abese.org.br) .

Nuvem de problemas

Pesquisa com 1.355 executivos de 17 países, realizada pela Oracle, empresa norte-americana de software de gestão, revelou que a maioria das empresas enfrenta dificuldades durante o processo de integração de seus aplicativos ao sistema de computação em nuvem. Conforme o levantamento, 83% das empresas não conseguiram obter rendimento máximo de seus softwares, 75% tiveram a capacidade de inovar prejudicada, 52% deixaram de cumprir prazos em função de dificuldades com ferramentas de computação remota, e 54% afirmaram que os sistemas de suas empresas registraram alguma pane nos últimos seis meses em razão de problemas com a nuvem.

Fronteiras protegidas

A presidente Dilma Rousseff anunciou investimentos de cerca de R$ 30 milhões na instalação de câmeras de vigilância em regiões de fronteira, com objetivo de reduzir a criminalidade em todo o país. Em parceria com Estados e municípios, o governo federal planeja a instalação de 624 equipamentos de monitoramento ao longo dos 16,8 mil quilômetros de fronteira brasileira com 10 países. As câmeras serão colocadas em perímetros urbanos e vias de acesso. A medida é direcionada aos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rondônia, Roraima, Pará, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Aplicativo setorial

NetSeg, portal de notícias sobre segurança eletrônica, lançou um aplicativo para smartphones com sistema Apple e Android com vários recursos que já constam em seu sítio na internet. Entre esses recursos estão a cotação de serviços e produtos, as notícias sobre vários segmentos, dicas de segurança no trânsito e um calendário de eventos sobre segurança no mundo inteiro. O aplicativo NetSeg pode ser baixado nas lojas Apple e Android ou na página do portal: http://www.netseg.com.br .

Portos sob controle

Os portos de Paranaguá e Antonina (Appa) passaram a contar recentemente com um sistema de monitoramento em tempo real de toda a carga embarcada nas balanças de fluxo dos terminais interligados ao Complexo do Corredor de Exportação. Por meio de portal na internet, é possível acompanhar o estoque real de cada terminal, quanto está chegando de carga e quanto está saindo, além de disparar um alerta em tempo real sobre possíveis falhas ou panes no sistema de embarque. Ao todo, sete terminais privados e dois públicos estão interligados ao Corredor de Exportação.

Uma mina de ouro para o conhecimento

Há dez anos o especialista em segurança Tácito Silva Leite vem catalogando todas as publicações que encontra sobre segurança privada. Agora, este acervo de cerca de 600 títulos está à disposição de todos na Biblioteca de Segurança, na internet

Um banco de informações sobre 567 livros, periódicos e trabalhos acadêmicos, organizado por temas relacionados a um único assunto: segurança. Essa bibliografia está disponível gratuitamente na Biblioteca de Segurança (www.bibliotecadeseguranca.com.br), um site criado por iniciativa pessoal do atual vice-presidente da Associação Brasileira de Profissionais de Segurança (Abseg) e diretor do Mercado de Segurança da Indra, Tácito Augusto Silva Leite. “A BS não tem nenhum fim lucrativo. Não vendemos livros, apenas informamos sobre as publicações para que o leitor possa ver quais os títulos disponíveis dentro do tema que procura”, afirma Silva Leite.

A biblioteca virtual está organizada com a segmentação de 23 temas relacionados à área de segurança - administração, crime e violência, estratégia empresarial, para citar alguns exemplos -, edições em inglês e espanhol e trabalhos acadêmicos. "Todas as publicações com download legalmente autorizado estão disponível para o leitor baixar no site da biblioteca", afirma Silva Leite. Além disso, a BS ofecere vídeos com entrevistas e reportagens sobre segurança e periódicos, como esta Revista **Segurança Inteligente**, informando sobre as reportagens de cada número e com link para as edições disponíveis.

Silva Leite, o idealizador e organizador da Biblioteca de Segurança: "Não vendemos livros, apenas informamos sobre as publicações para que o leitor possa ver quais os títulos disponíveis dentro do tema que procura"

São livros organizados em 23 temas, além de edições em inglês e espanhol e trabalhos acadêmicos

A garimpagem do especialista em busca de conhecimento começou por absoluta necessidade pessoal. Em 2004, dez anos depois de começar a atuar na área de segurança, ele fez o primeiro dos quatro cursos de pós-graduação que possui - em Segurança da Informação - e precisou procurar livros para estudar. Natural de Natal, no Rio Grande do Norte, e graduado em História, ele acabou levando para a área de segurança a vocação de pesquisador da formação original. "Descobri que praticamente não havia muitos livros sobre segurança privada em geral. Como investigador, me vi com a necessidade de catalogar o que encontrava para organizar meus estudos."

Nos anos 90, diz o vice-presidente da Abseg, a internet estava começando e também ali não havia muita informação. "O que tínhamos na época eram as feiras organizadas pela Abese (Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança). A gente ia para a exposição levando duas malas: uma era só para colocar os materiais de divulgacão oferecidos pelas empresas, pois não havia outra forma de obter conhecimento sobre os produtos e o setor", conta.

Em 2005 mudou para São Paulo e fez uma série de outros cursos, entre os quais Gestão de Segurança Empresarial pela Universidade Internacional Anhembi-Morumbi, MBA em Sistemas de Informação pela UnP com aprofundamento em Segurança da Informação. Também é pós-graduado em Segurança Empresarial pela Universidade Pontificia Comillas de Madrid. "Meus colegas em São Paulo, sabendo que eu catalogava sempre a bibliografia que encontrava, passaram a me perguntar sobre livros relacionados aos temas que precisavam estudar. Então eu percebi neles a mesma dificuldade pela qual eu havia passado. Foi aí que me veio a ideia de montar algo na internet para divulgar para todos os que necessitam de conhecimento o que eu havia coletado nesses anos todos." O setor de sistemas eletrônicos de segurança agradece.

RioSec, a Exposec do Rio

Em outubro as principais empresas de sistemas eletrônicos de segurança do país estarão reunidas na capital fluminense para a primeira edição da Feira Nacional de Seguranca Privada e Eletrônica

Um estudo divulgado recentemente pelo Itaú Unibanco mostra que a combinacão de descobertas de petróleo na camada do pré-sal e a realizacão da Copa do Mundo e das Olimpíadas farão com que o Estado do Rio de Janeiro cresça o dobro da economia nacional nos próximos quatro anos. Conforme o estudo, o Rio deverá ter uma expansão anual entre 4,3% e 5,1% no período, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro deve registrar índices entre 2,4% e 3,3%. A expansão já vem de alguns anos e transformou a capital fluminense em um grande canteiro de obras.

Economia fluminense deve crescer o dobro do PIB brasileiro nos próximos quatro anos

"Hoje tudo acontece no Rio de Janeiro", afirma Denise Mury, presidente do Sindicato das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança do Rio de Janeiro (Siese-RJ) e diretora-financeira da Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (Abese). Prova disso é a realização da primeira Feira Nacional de Segurança Privada e Eletrônica (Riosec), entre os dias 15 e 17 de outubro, no Centro de Convenções SulAmérica, na capital do Rio.

O evento é realizado pela Abese e organizado pelo Grupo Cipa Fiera Milano e deverá reproduzir, em solo carioca, o impacto da exposição já consagrada no calendário de todo o setor de sistemas de segurança, a Exposec, promovida anualmente em São Paulo. Com entrada gratuita, a feira apresentará as mais avançadas tecnologias e soluções para o setor em todos os seus segmentos de mercado, como o de centrais de monitoramento, inteligência industrial, circuitos fechados, controle de acesso e sistemas de identificacão, só para citar alguns.

"A exposição vai movimentar nosso mercado, que é muito forte, e aproximar ainda mais a Abese e as empresas fluminenses", afirma Denise. Uma das expectativas, segundo ela, é mostrar ao setor e ao público em geral o diferencial das empresas legalizadas, que investem em uma estrutura profissional, em relação ao mercado informal. "Temos nos empenhado muito na defesa da regularização do mercado e acreditamos que a Riosec será muito importante para a profissionalização do setor. E para o consumidor também será uma oportunidade de conhecer um mercado avançado e bastante profissional", diz. Todas as informações sobre o evento estão no site da Riosec, no endereço www.riosec.com.br .

Denise, do Siese-RJ: "Hoje tudo acontece no Rio de Janeiro"

Cyro Buonavoglia, presidente da Gristec

Na rota da inteligência

> Temos que tomar medidas mais fortes em relação aos receptadores do que em relação aos que roubam a carga

Presidente da Associação Brasileira das Empresas de Gerenciamento de Riscos e de Tecnologia de Rastreamento e Monitoramento fala sobre a importância de combinar estratégia e tecnologia para combater roubos e furtos de cargas nas rodovias brasileiras

Qual o montante de prejuízo com o roubo e furto de cargas nas rodovias do país atualmente?

Cyro Buonavoglia: Na verdade, até o ano passado estávamos mais ou menos com R$ 1,1 bilhão em roubos segurados. Nós não temos informações dos que não têm seguro.

Então o valor deve ser bem maior...

CB: O gerenciamento de riscos e o uso de equipamentos de tecnologia em rastreamento e monitoramento têm surtido bastante efeito, mas esse número está praticamente estagnado. Há três anos, eram R$ 900 milhões, no ano seguinte passou para quase R$ 1 bilhão, um ano depois para R$ 1 bilhão e pouquinho e, em 2012, fechou em R$ 1,1 bilhão. Mas se a gente considerar o crescimento do PIB (Produto Interno bruto) e a atuação cada vez mais organizada das quadrilhas que roubam carga, não dá para dizer que está crescendo. Estamos contendo bastante, pois esse risco seria muito maior se não fossem as providências que as empresas tomam em gerenciamento de riscos.

Como é a geografia desse tipo de crime nas rodovias?

CB: A maior parte é na região Centro-Sul, até porque o PIB está concentrado nesta área. Tem crescido muito no Norte e Nordeste, mas não chega a superar algo entre 6% e 7% do total dos roubos de carga. Na região Centro-Sul, como há maior circulação de carga - e onde as quadrilhas têm para quem vender -, é para onde vão os criminosos. Não temos um percentual estimado para esta região, mas sabemos que é onde a incidência é maioir.

Como os criminosos atuam? Qual é o *modus operandi* deles?

CB: Existem os roubos feitos por marginais independentes, marginais comuns. Eles simplesmente acham que um caminhão tem alguma coisa, abordam o veículo e roubam a carga. Vão muito em cima de produtos vendáveis em supermercado, em pequenos comércios, que eles mesmos tratam de vender...

Mas, quando eles revendem, quem compra não percebe que é roubado?

CB: Isso nós não podemos saber. Sempre defendi que temos que tomar medidas mais fortes em relação aos receptadores do que em relação aos que roubam a carga, mas essa é uma ação que não depende de nós.

Mas é possível identificar a mercadoria ilegal? Todo produto tem a marca de um

No ano passado, total de roubos atingiu R$ 1,1 bilhão só em carga segurada

lote, por exemplo, pelo qual seria possível identificar no receptador?

CB: Sim e não. Cigarros e produtos alimentícios não dá para identificar, pois é só rasgar a caixa que não dá mais para saber. Agora, existem as mercadorias de maior valor, que são as mais visadas, como eletroeletrônicos, linha branca, linha de computadores etc...Aí já existe um esquema maior, pois são cargas muito mais valiosas. Muitas vezes eles introduzem pessoas dentro das indústrias, dentro das transportadoras, que passam as informações sobre a carga e o destino dos veículos. Aí eles vão atrás já sabendo o que vão roubar.

É um crime mais preparado, organizado, planejado...

CB: É crime organizado. E a nossa luta também é para identificar quem passa essas informações, pois essas quadrilhas não escolhem um caminhão na estrada e dizem: "Olha, vamos pegar esse aqui". Elas sabem qual é o caminhão, sabem a placa, sabem o que tem dentro. E essa informação vem de algum lugar. Então nós atuamos fortemente para descobrir quem passa as informações dentro das empresas que são alvo de repetidos roubos.

Como é essa gestão de riscos no roubo de cargas? Como acontece isso na prática?

CB: O gerenciamento de riscos consiste em tecnologia e inteligência. São normas de procedimentos de acordo com cada carga, frota e localização, aliadas à tecnologia, que são os rastreadores e as iscas colocadas nas mercadorias, equipamentos que vão junto com a carga, que, se roubada, pode ser recuperada por meio dessas iscas...

Tipo um GPS?

CB: Sim. Além do equipamento que vai no caminhão, também há uma identificação dentro da carga. É um recurso usado para mercadorias de grande valor, pois tudo isso tem um custo muito alto.

Essa gestão ocorre como? Em tempo real, de dentro de uma central de monitoramento?

CB: Existe uma central de monitoramento que acompanha as viagens e, ao perceber qualquer coisa diferente do previsto, toma providências.

Chama a polícia, por exemplo?

CB: É um exemplo, mas sobre isso eu não posso falar muito

> Não existe Estatuto que, sozinho, consiga fazer o crime parar

porque são coisas que não podemos divulgar para não prejudicar nosso trabalho.

O gerenciamento de riscos, portanto, envolve muito mais que a parte tecnológica...
CB: Muito mais. A tecnologia, sozinha, não resolve nada. Nosso trabalho consiste em tecnologia e inteligência. Analisamos o perfil da carga, do transportador, do motorista, e adotamos normas e procedimentos para impedir a abordagem. Um exemplo simples: muitas vezes o transportador tem uma determinada rota para fazer as entregas. Nós analisamos essa rota e sugerimos que ele, em vez de pegar o caminho ao qual está acostumado, faça um desvio em determinado lugar e ande mais uns 60 quilômetros a mais para não passar por uma determinada região onde o caminhão é obrigado a reduzir a velocidade para 20km/h e facilmente seria abordado. É um exemplo bobo, mas dá para entender mais ou menos o que fazemos. A escolha de pontos para parada, para pernoite, os horários em que o veículo deve iniciar a viagem, tudo isso é estudado para que eles possam chegar aos pontos de abastecimento e descanso nos horários mais convenientes, para que possam parar em um lugar seguro para o motorista dormir. Tudo isso é aquilo que eu chamo de inteligência.

Por que o montante de roubo não cai mesmo com estes recursos? O que está faltando? Punição para os criminosos?
CB: Eu sempre defendo que é necessário atacar fortemente o receptador, mas isso não depende de nós. E é difícil encontrar o receptador. Compete aos órgãos públicos.

Eles não concordam com essa estratégia?
CB: Não é questão de concordar. Sabemos que a polícia não está bem aparelhada, que há uma sobrecarga de trabalho em todos os níveis de polícia, tanto a Civil quanto a Militar, sabemos que a Polícia Rodoviária não tem o contingente nem o número de viaturas ideal, então tudo isso contribui para que as quadrilhas organizadas venham crescendo. Esse aumento só não é maior porque do outro lado existe a gerenciadora de riscos coibindo cada vez mais o roubo. Na nossa empresa nós evitamos roubos todos os dias. São roubos que estão em andamento e são evitados.

No seu entender, por que a famosa Lei Negromonte ainda não foi regulamentada?
CB: Eu não sei. Isso é uma coisa que foge à nossa ação.

Tem muita resistência à regulamentação?
CB: Uma parte dela está sendo regulamentada - a que se refere à necessidade de todos os veículos saírem com rastreador. Isso estava previsto para o final do ano, passou para o começo do ano, agora não sei se é para setembro...

Isso é do Estatuto da Segurança?
CB: Não. Essa anda em paralelo.

Porque tem uma previsão que o serviço de rastreamento entre no Estatuto, não é?
CB: Sim. Mas, aí, é uma questão de regulamentação. Em termos práticos, nós dependemos sempre do aparato policial, que às vezes não é suficiente.

Mas o Sr. acha que o rastreamento dentro do Estatuto vai ajudar a diminuir o roubo de cargas?
CB: Se houver uma ação maior das forças policiais, com certeza isso vai acontecer. Não existe Estatuto que, sozinho, consiga fazer o crime parar.

Há também um projeto de lei que trata da regulamentação das atividades das empresas de gerenciamento de riscos...
CB: Sim. Estamos tentando contribuir para que ele seja aprovado da forma mais adequada possível, para que as empresas sejam regulamentadas e não fiquem engessadas e não possam trabalhar amanhã com uma evolução da tecnologia ou em caso de uma evolução do *modus operandi* da criminalidade.

Quer dizer, é preciso a regulamentação, mas também é preciso uma ação conjunta entre órgãos públicos e empresas de gerenciamento de riscos...
CB: Isso. E com as empresas de tecnologia de rastreamento e monitoramento.

Como estruturar um Programa de Manutenção e Reparos (PMR) que torne os sistemas eletrônicos de segurança mais resistentes a interrupções?

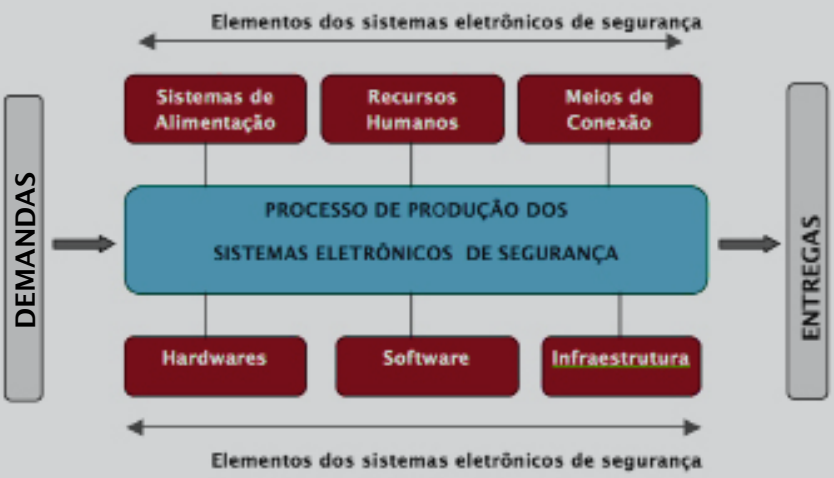
É notória a importância que os gestores de segurança dão para os recursos tecnológicos na arquitetura dos sistemas integrados de segurança. O crédito advém dos ganhos em eficiência e eficácia que asseguram às entregas de serviços aos clientes. Por outro lado, interrupções operacionais podem comprometer a qualidade das entregas, tornando a estratégia de segurança ineficiente. Por isso é tão relevante buscar resposta para: "Como estruturar um PMR - Programa de Manutenção e Reparos que torne os sistemas eletrônicos de segurança mais resistentes a interrupções?"

Mário Rui Tavares
MBA Gestão Estratégica de Segurança, CEO do Grupo Artan e membro do Conselho Deliberativo da Abese. Co-autor do livro "Gestão da Continuidade de Negócios e Comunicação em Momentos de Crise", possui diversos cursos de extensão universitária nas áreas de gestão, auditoria de riscos coorporativos e continuidade de negócios.
tavares@artan.com.br

Contextualizando a questão

Ao utilizarmos a expressão "sistema integrado de segurança" temos em mente um conjunto de sub-sistemas (recursos humanos, sistemas eletrônicos de segurança e de comunicação) que operaram em um ambiente e, de acordo com regras e procedimentos estabelecidos, interagem e se inter-relacionam, formando uma unidade com objetivos e metas definidas no plano de gestão de riscos de segurança e alinhadas com as diretrizes e objetivos estratégicos da organização.
Por sua vez, os sistemas eletrônicos como sub-sistemas de um sistema integrado de segurança para produzir as entregas contam com os seguintes elementos produtivos (figura 1).

Figura 1: Esquema de produção dos sistemas eletrônicos de segurança



- Sistema de alimentação - Rede elétrica, fontes auxiliares de alimentação, geradores, Nobreaks
- Recursos Humanos- Usuários, administradores, equipe de suporte e manutenção.
- Meios de Conexão - Cabos, conectores, redes de dados e comunicação.
- Hardwares - Painéis de controle e periféricos de alarme, circuito fechado de TV, controle de acesso, incêndio, proteções periféricas, servidores e estações de trabalho.
- Softwares - Sistemas operacionais, antivírus, firewalls e softwares operacionais e de gestão de sistemas de segurança.
- Infraestrutura - Seca e de elétrica, quadros, postes fixação de equipamentos, pára raios, proteções anti-surtos, quadros, racks, sistemas de climatização.

Os processos de entregas normalmente atribuídas aos sistemas eletrônicos como elementos ou sub sistemas dos sistemas integrados de segurança são:

- Detecção, reconhecimento e identificação de ameaças;
- Dissuasão, controle de acesso ou impedimento de acesso de pessoas não autorizadas a instalações e áreas interiores sensíveis;
- Controle de entrada e saída ativos;
- Auxilio na auditoria de processos, reconstrução de eventos e coleta de dados forenses sobre crimes ocorridos nas áreas monitoradas.

Como estruturar um PMR (Programa de Manutenção e Reparos) que torne os sistemas eletrônicos de segurança mais resistentes a interrupções ?

O primeiro passo para estruturar o PMR (Programa de Manutenção e Reparos) é identificar o nível de impacto que as interrupções dos elementos dos sistemas eletrônicos causam ao sistema integrado à organização, bem como o nível de tolerância que o sistema tem à interrupção operacional do elemento. O objetivo é, através do cruzamento dos dados destas duas variáveis, construir uma matriz que sirva de mapa estratégico para as decisões.

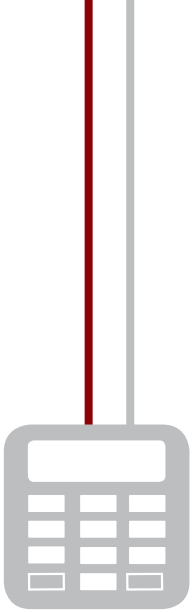
1- Nível de impacto

Os elementos dos sistemas de segurança são interligados e interdependentes. Porém, do ponto de vista sistêmico as influências causadas pela interrupção de cada um deles assume importância e peso diferentes, de acordo com o processo elaborado para se atingir determinada entrega - ou seja, o que acontece de negativo dentro das fronteiras de um elemento poderá vir a ter ou não impacto nos agentes do sistema integrado com quem o sistema eletrônico de segurança se relaciona. Os níveis de impacto podem ser:

Baixo: Consideramos de impacto baixo as anomalias que geram inconveniências operacionais dentro dos domínios dos sistema eletrônico de segurança, não exercendo interferência alguma no desempenho dos demais agentes do sistema integrado e muito menos nas metas de controle de riscos da organização. Exemplo: Falhas de energia da rede elétrica cobertas por fontes auxiliares.

Médio: Consideramos de impacto médio as anomalias que ultrapassam os limites de atuação do sistema eletrônico de segurança, gerando perda de flexibilidade ou adiando operações do agente do sistema integrado com o qual tem relacionamento direto na execução de suas atividades. Exemplo: Falha de uma estação de trabalho

Alto: Consideramos de impacto alto as anomalias que geram perda de operações ou a paralisação operacional do sistema integrado - ou seja, que causam perdas significativas ao processo de entrega do sistema integrado, bem como possivelmente impactam no controle de riscos da organização. Exemplo: Falha em servidores e painéis de controle.



2- Nível de tolerância

Assim como cada elemento tem um impacto diferente no fluxo de entregas, também tem um Período Máximo Tolerável de Interrupção, a partir do qual o não reinício das funções passa a comprometer operacionalmente em algum nível o sistema integrado. Para classificarmos a tolerância do sistema integrado aos elementos do sistema eletrônico adotaremos a seguinte nomenclatura:

Não tolerante - Quando a interrupção operacional do elemento do sistema eletrônico repercute de imediato nas entregas no sistema integrado;

Relativamente tolerante - Quando existe um período de tempo até que a interrupção operacional do elemento do sistema eletrônico comece a repercutir nas entregas do sistema integrado, ou seja, existe um período de tempo para que a falha do elemento do sistema eletrônico seja reparada, sem que o sistema integrado seja afetado inevitavelmente;

Tolerante - Quando a interrupção operacional do elemento do sistema eletrônico não tem reflexos ou os reflexos são inexpressivos para as entregas do sistema integrado.

3- Estratégias para aumentar a resistência dos sistemas eletrônicos a interrupções

Para a definirmos a estratégia de aumento de resistência a interrupções é necessário, inicialmente, analisarmos na Matriz: Impacto X Tolerância, em que quadrante o elemento se insere, conforme figura 2.

A partir do quadrante de inserção sugerimos as estratégias estabelecidas na figura 3.

Figura 2 - Matriz Impacto X Tolerância

IMPACTO	Tolerante	Relativamente Tolerante	Não Tolerante
Alto	Q1	Q2	Q3
Médio	Q4	Q5	Q6
Baixo	Q7	Q8	Q9

TOLERÂNCIA

Figura 3 - Estratégias para aumentar a resistência dos sistemas eletrônicos a interrupções

QUADRANTE	ESTRATÉGIA
Q3	Redundância operacional. Substituição compulsória programada de acordo com vida útil operacional. Importante: A substituição compulsória ou corretiva destes elementos deverá sempre transcorrer na janela de tempo que antecede o **Período Máximo Tolerável de Interrupção.**
Q2, Q5, Q6	Substituição compulsória programada de acordo com vida útil operacional. Importante: A substituição compulsória ou corretiva destes elementos deverá sempre transcorrer na janela de tempo que antecede o **Período Máximo Tolerável de Interrupção.**
Q1, Q4, Q7, Q8, Q9	Substituição nas revisões preventivas se constatado comprometimento técnico operacional ou sob falha.

Considerações Finais

A implantação de um PMR (Programa de Manutenção e Reparos) com o objetivo de aumentar a resistência dos sistemas eletrônicos a interrupções não significa aumentar os custos. Muito pelo contrário, o foco desde a concepção deve estar na geração de valor. Para tanto, há que priorizar as ações seguindo o critério decrescente da projeção de custo/benefício que cada uma terá. Desta forma, o autofinanciamento do programa estará assegurado pela continuidade de um fluxo de caixa positivo. Indicadores confiáveis e registros de ganhos por certo assegurarão à alta direção que o caminho escolhido é o correto.

Próxima parada: a qualidade

Após a coquista de reconhecimento do setor de sistemas eletrônicos de segurança na legislação, Abese inicia um amplo trabalho para que as empresas tomem a frente na definição de normas técnicas que garantam padrão internacional de qualidade de produtos e serviços

Nos últimos anos, não há quem tenha se aproximado da Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (Abese) que não tenha ouvido falar no Estatuto da Segurança Privada. Em todos os eventos, encontros e publicações da entidade o tema foi abordado, debatido, mencionado. Era a prioridade do setor: fazer com que a legislação da segurança privada contemplasse o segmento de sistemas eletrônicos de segurança, reconhecendo a atividade como exclusiva das empresas especializadas. O empenho deu certo e o Estatuto que está a caminho trará consigo a grande conquista. Vencida esta batalha, porém, uma nova bandeira foi erguida com o mesmo objetivo de buscar a evolução e profissionalização das empresas de sistemas eletrônicos de segurança. Agora, não haverá quem se aproxime da Abese sem ouvir a palavra “normalização”. A definição de normas técnicas que possam imprimir nos produtos e serviços das empresas brasileiras um padrão de qualidade internacional é a nova fronteira a ser conquistada. E dentro deste processo a Abese toma a frente para fazer com que essas normas - que serão uma referência, não uma obrigação - sejam criadas pelas próprias empresas.

Neste contexto foi formada a Câmara Setorial de Normalização da Abese, à qual competirá coordenar o trabalho de comitês que farão a análise, discussão e definição dessas normas por segmento. No primeiro semestre deste ano foram criados três comitês: de sistemas de alarme, circuito fechado de TV e portões automáticos. Cada comitê é formado por pelo menos 15 empresas especializadas e associadas à Abese, e qualquer segmento interessado pode criar seu comitê. Em julho, a associação realizou um encontro aberto a todos os filiados para mostrar o que está sendo feito e a importância da participação das empresas neste trabalho.

"Só com a participação dos próprios fabricantes dos produtos e das empresas de monitoramento será possível definir normas que estejam em sintonia com a realidade do setor. Ninguém conhece mais as necessidades e peculiaridades de uma determinada atividade do que a própria empresa que a executa", afirma a presidente da Abese, Selma Migliori. A falta de participação também pode fazer com que as empresas tenham de vir a cumprir normas técnicas criadas "de cima para baixo" por um órgão normalizador. Foi o que aconteceu no segmento de portões automatizados, para o qual o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) estabeleceu uma série de regras técnicas sem que os fabricantes tivessem a chance

NO PRIMEIRO SEMESTRE DESTE ANO FORAM CRIADOS TRÊS COMITÊS: DE SISTEMAS DE ALARME, CIRCUITO FECHADO DE TV E PORTÕES AUTOMÁTICOS

Em julho a Abese reuniu empresários de diversos segmentos para apresentar o plano de trabalho sobre a normalização no setor de sistemas eletrônicos de segurança

"NÃO PODEMOS SIMPLESMENTE PEGAR UMA NORMA EUROPEIA, AMERICANA OU JAPONESA E IMPOR AO MERCADO BRASILEIRO PORQUE A NOSSA REALIDADE É OUTRA", DIZ WAGNER PERES, DA ABESE

de discutir as mudanças.

Um dos efeitos da ausência das empresas no processo de definição é a possibilidade de ser adotado um padrão estrangeiro , desconsiderando as peculiaridades da produção nacional. "Não podemos simplesmente pegar uma norma europeia, americana ou japonesa e impor ao mercado brasileiro porque a nossa realidade é outra e temos que respeitar tanto o consumidor como o mercado profissional, as indústrias, as distribuidoras, as revendas", argumenta o diretor de Marketing da Abese, Wagner Peres. Este é um dos aspectos mais sensíveis para as companhias. Muitos empresários temem que elas possam restringir a produção e atuação da empresa.

Amaral, da Câmara Setorial da Abese: "Este é um trabalho primordial para que as empresas possam se desenvolver dentro de um padrão de excelência internacional"

Savas Toron Grammenopoulos, da Morey Indústria Eletrônica, cita o caso das normas técnicas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) determinou para o setor. "O fato é que a norma não discriminou aparelho de celular de um controle remoto para abrir a garagem, por exemplo. Um controle remoto de garagem custa R$ 10 e um celular , R$ 500. Quantos controles remotos você vende no Brasil por ano.? É menos de um décimo de celulares vendidos. O valor agregado de um celular é enorme. No entanto, o mesmo requisito que é exigido para um celular, fabricadop por empresas gigantes, é exigido para um controle remoto. O custo é altíssimo para os nossos padrões", explica. "A certificação acabou se transformando em uma enorme barreira. Criaram um 'monstro', que foi a junção do bom e do ruim das normas de Europa, Estados Unidos e Japão, e fizeram um bolo de uma norma técnica que é absurda", protesta Grammenopoulos.

"Esse risco existe e é preocupante. É

por isso que a Abese está tomando a frente nesse processo de uma maneira transparente e democrática, abrindo as portas para que todos os associados da Abese possam participar", diz Peres. No plano de trabalho da Abese, a normalização será resultado de um amplo processo de discussão. "É importante que o empresário perceba que, ao não participar das discussões sobre um tema tão importante para o seu setor, ele estará delegando aos concorrentes a definição de regras para o seu negócio", ressalta a presidente da Abese. Nas normas técnicas são definidos requisitos mínimos que sejam capazes de enquadrar produtos e serviços dentro de um padrão nacional de qualidade. O que o produto deve conter para ser considerado de qualidade? Que tipo de material deve ser usado? Como ele deve ser instalado? Quais os cuidados técnicos que o instalador deve tomar para que o equipamento seja seguro? Essas são algumas perguntas que as normas técnicas deverão responder.

Segundo Nilton Curtinhas do Amaral, diretor da Câmara Setorial da Abese, o projeto está na etapa de planejamento, definindo os temas a serem discutidos. Até dezembro a expectativa é de que as empresas já tenham definido as normas sugeridas para encaminhá-las no começo de 2014 ao Comitê Brasileiro de Eletricidade, Eletrônica, Iluminação e Telecomunicações (Cobei), que por sua vez verifica se as propostas poderão ter andamento no âmbito da Associação Brasileira de Normas Técnicas. A ABNT então analisa se as regras preenchem seus critérios, abre consulta popular sobre o tema e, por fim, homologa as normas. Curtinhas do Amaral acredita que esta homologação da ABNT saia já no primeiro semestre do ano que vem.

"Este é um trabalho primordial para que as empresas possam se desenvolver dentro de um padrão de excelência internacional, que só trará benefícios para sua atuação", diz o diretor da Câmara Setorial. A preocupação da Abese é que existam normas para a maioria dos segmentos que representa para que a associação possa cumprir seu papel, que é dar um direcionamento

Grammenopoulos, da Morey: "A certificação acabou se transformando em uma enorme barreira. Criaram um 'monstro'"

Selma, da Abese: "Ninguém conhece mais as necessidades e peculiaridades de uma determinada atividade do que a própria empresa que a executa"

Mota, da JFL: "A normalização vai nos ajudar a caminhar para que, em um futuro próximo, estejamos em uma situação bem melhor e com nosso mercado mais organizado"

ao mercado, afirma a presidente da associação. "Quando você cria uma norma técnica, você dá um direcionamento para que a empresa forneça um serviço ou produto de reconhecida qualidade. Hoje o consumidor encontra de tudo no mercado, de boa e má qualidade. Não tem uma referência que possa lhe guiar. Por isso é muito importante que esse setor seja normalizado", afirma Selma.

COORDENADOR DA CÂMARA SETORIAL DA ABESE ACREDITA QUE HOMOLOGAÇÃO DA ABNT SAIA JÁ NO PRIMEIRO SEMESTRE DO ANO QUE VEM

Como o objetivo é definir um padrão de aceitação internacional, serão também observadas as normas estrangeiras nas discussões, mas sem que isso represente uma simples adesão aos critérios definidos em outros países. "Vamos analisar as normas que estão em vigor na Europa e nos Estados Unidos com o objetivo de trazê-las para a realidade brasileira, adaptá-las conforme as nossas características", diz Selma. Para Fernando Mota, da JFL Alarmes, o momento é bastante oportuno para a iniciativa.

"O mercado cresceu bastante e acho que nos acomodamos. A normalização vai nos ajudar a caminhar para que, em um futuro próximo, estejamos em uma situação bem melhor e com nosso mercado mais organizado", afirma Mota, que participou de encontro que a Abese realizou em julho e integra o Comitê de Sistemas de Alarmes da Câmara Setorial da Abese. Na ocasião, muitos empresários perceberam a importância de participar ativamente do processo.

"Sou praticamente um sócio-fundador da Abese e nunca tinha vindo a uma reunião. Com certeza esta ausência fez falta no sentido de direcionar as reivindicações importantes do nosso ponto de vista. Então agora quero participar ativamente para que ninguém represente meu segmento sem conhecer o que ele precisa", diz Gilberto Rossi, do Portão Rossi. Naquele diz foi criado o Comitê de Portões Automatizados, do qual Rossi é um dos integrantes. Este comitê foi constituído para que os empresários possam participar da definição de normas técnicas e não contar apenas com a referência estabelecida pelo Inmetro.

Para Flávio Peres, diretor-presidente da PPA, a normalização é imprescindível para o desenvolvimento do setor. "É um passo histórico e definitivo. Como empresário ou mesmo como usuário de equipamentos, o que tenho a dizer é que a iniciativa é excelente. A gente percebe que às vezes um cliente contrata o monitoramento, paga, mas não sabe se vai dar certo. Com a normalização, vamos melhorar nossos produtos e serviços porque teremos um padrão de qualidade a seguir. também vamos alinhar a liguagem, a nomenclatura, o que facilitará os negócios entre a indústria, o comércio, o consumidor final", afirma o diretor-presidente da PPA.

A reunião contou também com representantes da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), parceira da Abese no trabalho de normalização, participando da Câmara Setorial. "Na Abinee também já temos nossos grupos de trabalho, que discute as

questões fiscais , tributárias, e normas de alguns produtos", conta Roberto Barbieri, assessor de coordenação da Abinee. Outra entidade que participará do trabalho de normalização é a Associação Brasileira das Empresas de Gerenciamento de Riscos e de Tecnologia de Rastreamento e Monitoramento (Gristec), que presta suporte para a elaboração de normas técnicas junto à ABNT.

Não é a primeira vez que a Abese trabalha com a criação de normas técnicas. Foi a associação que liderou o trabalho de criação da norma 60335-2-76 ABNT NBR IEC, que define os requisitos de segurança dos eletrificadores de cercas. Até então não havia regra para garantir a qualidade e a segurança na compra e instalação de cercas elétricas, equipamento com alto risco de provocar acidentes. Com a nova obrigatoriedade, haverá agora um padrão único, proporcionando ao usuário final mais tranquilidade e confiança ao adquirir este tipo de sistema. A norma estabelece requisitos básicos de segurança na construção e fabricação, definindo características dos produtos e a execução de testes rígidos para os equipamentos, além de fixar requisitos básicos para uma instalação segura.

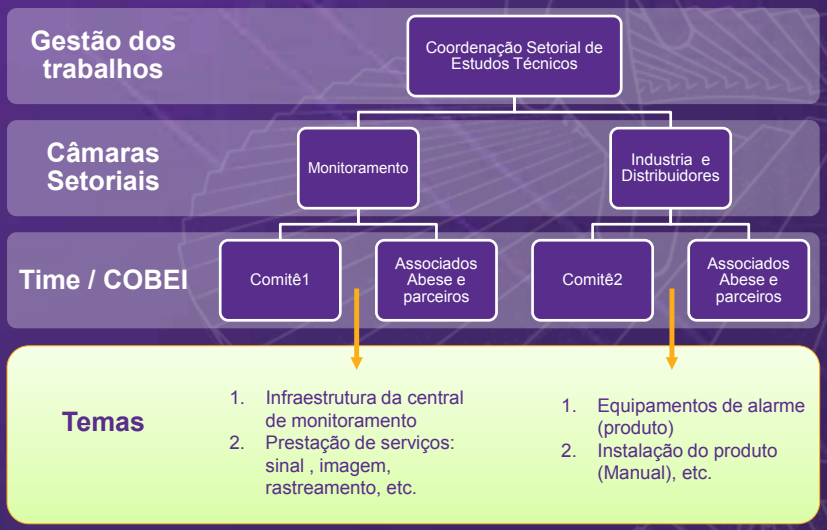
"Acredito que em um processo de normalização democrático e transparente, em que todos os agentes envolvidos com o serviço ou o produto participam, inevitavelmente ocorre uma melhora no sentido de os produtos serem mais bem elaborados, mais protegidos, mais seguros. E com isso o cliente final, que é o grande objetivo disso tudo, ficará mais satisfeito com nossos equipamentos e nossos serviços e, naturalmente, vai comprar mais, indicar mais a nossa marca e fazer o mercado crescer", diz o diretor de Marketing da Abese.

Ele conta que o interesse dos empresários em participar das discussões sobre o tema tem aumentado. "Muitos me consultam sobre quando será a próxima reunião, pois querem comparecer", diz Wagner Peres. Ele acredita que este interesse só irá aumentar daqui para frente, com a divulgação do trabalho. "E a gente só consegue promover avanços no mercado se estivermos unidos, fortalecendo a nossa entidade representativa, que é a Abese, para que ela possa fazer o trabalho que nos beneficiará como setor. Não adianta criticar a Abese de longe. É preciso criticar estando dentro dela, pois assim a associação tem a possibilidade de melhorar e representar plenamente as suas empresas associadas", afirma o diretor de Marketing da Abese.

ADOÇÃO DE NORMAS TÉCNICAS NÃO É OBRIGATÓRIA

Barbieri, assessor de coordenação da Abinee: parceria com a Abese

Organograma



Qualidade,
a chave para conquistar o consumidor

Um selo de qualidade geralmente tem poucas palavras. Na maioria dos casos, a imagem do selo tenta reproduzir uma espécie de carimbo em que o texto é mínimo. No entanto, nada diz mais sobre o produto em sua embalagem do que a marca do certificado de qualidade. Ela informa que aquele produto ou serviço foi testado, avaliado e aprovado de acordo com uma série de requisitos capazes de atestar um alto nível de qualidade. Se para o consumidor a informação é preciosa para a tomada de decisão de compra, para a empresa a conquista do direito de ostentá-la resulta de um trabalho que tem como espinha dorsal o aprimoramento não apenas de produtos ou serviços, mas também de gestão. No Brasil, certifcações já propiciaram a mudança de setores inteiros, fazendo com que indústrias desacreditadas se transformassem em exemplo de excelência no mercado brasileiro. É o caso da indústria do café.

Em 1988, a Associação Brasileira da Indústria do Café (Abic) realizou uma pesquisa sobre hábitos do consumidor brasileiro e descobriu que, para 67% entrevistados, "café puro era apenas o exportado - o de consumo interno, infelizmente, era sempre fraudado". No mesmo ano, uma outra pesquisa feita pela Abic, desta vez com a indústria, revelou que o setor estava estagnado, tecnologicamente superado e compunha um parque instalado com idade média de 7,6 anos.

Foi com base nessas pesquisas que a Abic definiu uma nova estratégia de ação para resgatar a credibilidade do produto, criando o Programa de Autofiscalização e lançando o Programa Permanente de Controle da Pureza de Café, com objetivo de despertar o consumidor para uma nova mentalidade, baseada na diversificação na qualidade dos produtos e voltada para abertura de novos nichos de consumo.

Lançado em agosto de 1989, dois anos antes do Código de Defesa do Consumidor, o Programa Permanente de Controle da Pureza de Café viria a se transformar em um divisor de águas, segundo a Abic. O saneamento do setor, constatou a associação, era mais do que necessário e a única maneira de reverter a tendência cada vez mais acentuada de queda de consumo.

Na época da implantação do programa, mais de 30% das marcas de café analisadas burlavam a legislação, ou com impurezas acima do limite de tolerância ou com mistura de outras substâncias. O programa deu certo e, atualmente, menos de 5% das marcas são impuras ou adulteradas, e elas representam apenas 1% do volume de café comercializado no mercado interno.

Destaque-se ainda mais no mercado!

SELO DE QUALIDADE ABESE

O Selo de Qualidade ABESE acaba de ser atualizado trazendo novos benefícios para todas as categorias de empresas de sistemas eletrônicos de segurança: fabricantes, distribuidores, monitoradores, integradores, revendedores e instaladores.

- ✔ Diferencial em relação à padronização dos serviços
- ✔ Foco na satisfação dos clientes
- ✔ Confiança em relação aos serviços prestados
- ✔ Critério diferenciador frente ao mercado contratante

CERTIFIQUE SUA EMPRESA!

Para solicitar o Selo de Qualidade ABESE, fale com a Celina Almeida do Instituto Totum.
calmeida@institutototum.com.br / (11) 3372-9574

www.abese.org.br

A modernização do Selo Abese

As categorias de certificação foram unificadas, permitindo a ampliação dos benefícios e a redução nos custos para as empresas de sistemas eletrônicos de segurança

O Selo de Qualidade Abese passou recentemente por uma atualizacão, incorporando novos benefícios para as empresas de sistemas eletrônicos de segurança. A certificação, ferramenta que atesta alto nível de gestão e elevado padrão de qualidade em produtos e serviços de uma empresa, era feita em duas categoria - Adesão e Pleno - e agora foi unificada, o que deverá facilitar o reconhecimento, por parte das demais empresas e do consumidor final, de que os requisitos exigidos foram cumpridos.

Boldrini, do CCPA: "O importante é que qualquer iniciativa relacionada ao controle de qualidade tem impacto no aperfeiçoamento dos processos de gestão da empresa"

"Nós percebemos que a existência de duas categorias causava uma certa confusão no mercado. Decidimos mudar isso e modernizar completamente o Selo", afirma Benito Boldrini, diretor do Centro de Capacitação Profissional (CCPA) da Abese (Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança).

Outra mudança envolve a diminuição de custos com auditorias do processo de certificação. Um acordo fechado entre a Abese e o Instituto Totum, empresa de consultoria responsável pelo gerenciamento do selo, tornou viável não apenas a redução de custo total da certificacão mas também a oferta de melhores condições de pagamento. As auditorias no local, que antes eram anuais, passam a ser bienais e intercaladas com auditorias documentais - nos anos pares serão feitas as análises a partir de documentação e, nos ímpares, a auditoria no local para a renovação. As empresas também não vão pagar pelo deslocamento das equipes de auditoria, realizadas pela Totum - nos casos de empresas que ainda não tenham o certificado ISO9001.

"Nossa expectativa é de que o Selo de Qualidade Abese se torne uma ferramenta para o mercado consumidor de segurança eletrônica contratar empresas que ofereçam maior garantia de qualidade", afirma Celina Almeida, consultora do Instituto Totum. Dentro da empresa o impacto da certificacào também é significativo. "Ao aderir ao Selo, necessariamente a empresa passa a ter seus processos mais definidos e ajustados, passa a contar com indicadores relevantes para planejamento da gestão e esse controle de qualidade acaba se refletindo no mercado, fazendo com que todo o setor evolua", diz Boldrini.

A certificação não é obrigatória. "O mais importante a ser observado na questão da certificacão é que qualquer iniciativa relacionada ao controle de qualidade tem impacto no aperfeiçoamento dos processos de gestão da empresa", argumenta Boldrini. A página da Abese na internet (www.abese.org.br) reserva uma seção específica com informações sobre o Selo de Qualidade. Ali estão explicados os requisitos, as normas e procedimentos, e também está disponível o formulário de manifestação de interesse para as empresas que queiram aderir à certificação.

Gustavo Forchito
é gerente-comercial do Grupo Giga

Alta resolução popular

Os sistemas de Circuitos Fechado de TV estão cada vez mais populares no Brasil. Todos os dias vemos no noticiário informações sobre crimes desvendados com a ajuda de câmeras de segurança, nas mais diversas situações.

O que antes eram soluções exclusivas de grandes instituições, corporações e condomínios, hoje são encontradas nas residências de brasileiros das classes A, B e C, em pequenas empresas, que antes não detinham soluções em CFTV em seus patrimônios.

Sabe-se que os sistemas de CFTV utilizados atualmente em larga escala no Brasil possuem limitações em relação à resolução de imagem, já que a grande maioria das instalações utiliza câmeras analógicas instaladas em DVR's (*Digital Video Recorder*) onde nem sempre é possível identificar com precisão certas ocorrências pelo fato de as imagens gravadas possuírem resolução CIF (360 x 240 pixels). A pergunta é: "Até quando os sistemas vão se comportar desta forma?"

Uma resposta precisa é praticamente impossível, pois diversos aspectos interferem nesta mudança de conceito, dentre os quais pode-se salientar cinco fatores principais, que indicam uma certa tendência, apontando que a evolução dos sistemas de CFTV no mercado - que podemos denominar "produtos econômicos de alta escala em CFTV" - está cada vez mais próxima. São eles:

1- Chegada da TV digital em alta resolução

A TV Digital oferece às residências alta qualidade de imagem e o cliente potencial dos circuitos fechados acaba se acostumando com este nível de imagem, o que faz com que ele se torne mais exigente em relação à qualidade de imagem do CFTV. O cliente final desejará um sistema com vídeos semelhantes àqueles que são vistos nos noticiários ou sua novela preferida, seja por qualidade mínima requerida ou por notar que, quanto maior o nível de detalhes capturados pela câmera, maior será a sua segurança.

2- Aumento da Banda Larga no Brasil

Ainda não é possível colocar isto como um grande diferencial, pois a banda larga no Brasil ainda está bem distante dos países do chamado Primeiro Mundo. No entanto, é notória a evolução do acesso remoto em todo o mundo e em nosso país. Quando se trata de acesso em vídeo, logicamente existe uma alta demanda de banda para acessos remotos. E quando falamos em alta resolução, esta demanda é ainda maior onde o fator de acesso à banda larga com qualidade e preço acessível é fundamental para a melhoria dos sistemas de CFTV em alta resolução.

3- Queda do valor do silício para *Chip's* aplicados em vídeo

Todo equipamento eletrônico possui sua base de inteligência e processamento em seu *CHIP SET*, que são os principais componentes ou *CHIP's* de um produto eletrônico. O custo do *CHIP SET* para produtos aplicados em vídeo vem caindo drasticamente, viabilizando a entrada de novas tecnologias. Os DVR's obtiveram redução agressiva de preços, caindo cerca de 350% em dois anos e o mesmo deve acontecer com os produtos que oferecem maior resolução de imagem.

4- Câmeras IP e DVR's FULL D1 no Brasil

Hoje os DVR's , em sua grande maioria, operam com resolução CIF (360x240 pixels) na visualização remota e nas gravações de vídeo. A próxima tendência será a consolidação da utilização de DVR's FULL D1 (720x480 pixels), que oferecem o dobro de qualidade de imagem tanto na visualização como na gravação, evitando as imagens sem resolução adequada com vídeos sem identificação, pois ficam "quadriculadas".
O próximo passo é em direção às imagens em HD e FULL HD, e tudo caminha para a convergência de sistemas que utilizam DVR's para câmeras IP, que possuem todos os recursos dos DVR's, com algumas vantagens no acesso, gerenciamento, formas de instalação em campo e uma maior viabilidade para câmeras com resolução de 1,2 a 5 MegaPixel. Tanto os DVR's FULL D1 como as câmeras IP já estão no mercado há um tempo razoável, porém são potencialmente utilizados em grandes projetos. Todavia, é possível identificar maior competitividade de preços nesta linha de produtos e isso tende a se intensificar.

5- Surgimento de fabricantes potenciais em câmeras IP e DVR FULLD1

Existem empresas no Brasil que já produzem ou estão em projetos para fabricação 100% nacional da linha de câmeras IP de alta performance. Estas empresas - formais - no mercado possuem incentivos fiscais que trazem ainda mais competitividade aos produtos. Uma ótima dica é apostar em fabricantes nacionais por causa da competitividade com qualidade, do trabalho formal, do serviço de pós-venda mais próximo e da procedência dos produtos.

RISCOS PARA A CONSOLIDAÇÃO NO MERCADO

1 – NÍVEL TÉCNICO DOS INTEGRADORES NO MERCADO *LOW END*

A convergência IP é um fato, e grande porção do canal de revendas, integradores e instaladores não está preparada para utilizar plenamente estas tecnologias. Hoje conhecem de forma apenas superficial o que não será suficiente para atender a demanda dos clientes finais que serão cada vez mais exigentes.
Faz-se necessário, portanto, se capacitar e se preparar para a nova fase tecnológica do CFTV.

2 – FALTA DE REGULARIZAÇÃO EM CFTV

Não há regulamentação hoje no Brasil para o setor de CFTV, no qual as especificações técnicas são muitas vezes difundidas de forma enganosa. Isto pode ser observado na divulgação de informações sobre resolução das câmeras, alcance do feixe infravermelho etc. E os dados continuarão sendo difundidos de forma errônea no Brasil até que algum órgão governamental, juntamente com os *players* do mercado nacional, assumam a responsabilidade de instituir a regulamentação e fiscalização neste setor.

Há muitos anos se discute a popularização de câmeras IP no Brasil e, consequentemente, a demanda por produtos de maior qualidade de imagem, mas nada de concreto acontecia. Hoje temos fortes indícios de que este processo já está em curso. Portanto, preparem-se para uma nova fase em CFTV no Brasil!

PÁTRIA SAFE

INTELIGÊNCIA A SERVIÇO DO SEU PATRIMÔNIO.

Sobrepapel Brasil

Para falar diretamente com o seu público, você precisa de uma comunicação que tenha a cara da sua empresa. A Pátria Editora desenvolve soluções editoriais para todos os segmentos, desde o conteúdo e forma até a entrega da publicação aos leitores, cuidando inclusive da sua comercialização. São matérias, artigos, imagens que representam o seu negócio em forma de revista.

NÃO É À TOA QUE NÓS ENTENDEMOS DO QUE VOCÊ FAZ.

www.patriaeditora.com.br

contato@patriaeditora.com.br

Pátria Editora

NEOGAMA/BBH

www.renaultmaster.com.br

IBAMA PROCONVE HOMOLOGADO

SE SEUS PASSAGEIROS PRECISAM DE CONFORTO, SUA EMPRESA PRECISA DO NOVO RENAULT MASTER MINIBUS.

- 16 LUGARES
- AIR BAG E FREIOS ABS DE SÉRIE
- MENOR CUSTO DE MANUTENÇÃO
- PRIMEIRA REVISÃO COM 20 MIL KM
- BAGAGEIRO DE ATÉ 1.700 L

Respeite a sinalização de trânsito.

NOVO RENAULT MASTER. ENCARA TUDO.

RENAULT PRO+
Para empresas e clientes profissionais.

Também nas versões Chassi Cabine, Furgão e Vitré.

MUDE A DIREÇÃO

RENAULT

A 1ª revisão, com 20.000 quilômetros, pode ser antecipada em caso de utilização severa, conforme indicação do sistema OCS – Oil Control System. GARANTIA RENAULT – Para a linha Renault Master, garantia total de 1 ano, sendo 3 meses de garantia legal e 9 meses de garantia contratual, ou 100 mil quilômetros, o que ocorrer primeiro, condicionada aos termos e condições estabelecidos no Manual de Garantia e Manutenção do veículo, referente à gama 2013/2014. A Renault oferece 6 anos de garantia anticorrosão da carroceria para veículos da gama 2013/2014 e mantém a garantia de fábrica para veículos transformados em empresas homologadas pela Renault. Reduza a velocidade, preserve a vida.